



Turismo - Visão e Ação

ISSN: 1415-6393

luiz.flores@univali.br

Universidade do Vale do Itajaí

Brasil

Carvalho de Melo, Stella Maria; Porto Sales Aguiar, Eveline
TURISMO DE AVENTURA EM TAQUARUÇU – TO: ATIVIDADES E RISCOS
Turismo - Visão e Ação, vol. 18, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 280-299
Universidade do Vale do Itajaí
Camboriú, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056060004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TURISMO DE AVENTURA EM TAQUARUÇU – TO: ATIVIDADES E RISCOS

ADVENTURE TOURISM IN TAQUARUÇU - TO: ACTIVITIES AND RISKS

EL TURISMO DE AVENTURA EN TAQUARUÇU - TO: ACTIVIDADES Y RIESGOS

Stella Maria Carvalho de Melo

Instituto Federal do Piauí – IFPI

E-mail: stella@ifpi.edu.br

Eveline Porto Sales Aguiar

Instituto Federal do Ceará – IFCE

E-mail: evelineporto@ifce.edu.br

Data de Submissão: 14/12/2015

Data de Aprovação: 15/04/2016

RESUMO: Este trabalho buscou analisar de que forma as atividades de aventura estão sendo desenvolvidas em Taquaruçu – TO, no que diz respeito aos riscos para seus praticantes. A pesquisa foi realizada durante os meses de agosto a novembro de 2015 e teve como referência Normas Técnicas da ABNT de certificação de atividades de aventura, considerando-se a classificação, a orientação e o inventário de perigos e riscos. Foram realizadas visitas em quatro cachoeiras, bem como nas suas trilhas de acesso e no mirante da região. Constatou-se que as trilhas de três delas devem ser guiadas, por conta do grau de severidade do meio, restando apenas uma a ser autoguiada. Porém nenhuma das trilhas atende a todas as regras determinadas pelas normas. A prática do cachoeirismo e da tirolesa também não cumpre todas as determinações. Com isso, percebeu-se que estas atividades não estão sendo desenvolvidas de forma mais segura, o que é um risco para os praticantes. Assim, este trabalho comprovou as fragilidades do turismo de aventura quanto aos riscos detectados, sendo proposta a construção de parcerias que visem a mais estudos na região e capacitação dos profissionais do setor, estimulando a prática da atividade, levando-se em consideração a qualidade e a confiabilidade dos serviços executados.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de aventura; riscos; normas.

ABSTRACT: This study analyzes how adventure activities are being developed in Taquaruçu - TO, in terms of the risks to its practitioners. The survey was conducted during the months of August to


November 2015, taking as reference the ABNT Technical Standards for certification of adventure activities, considering the classification, guidance and inventory of hazards and risks. Visits were made to four major waterfalls, as well as their access trails and lookouts in the area. It was found that three of the waterfall trails should be guided, due to the severity of the environment, while the other should be self-guided. However, none of the trails comply with all the rules determined by the ABNT. The practices of rapel and ziplining also failed to comply with all the regulations. It was therefore observed that these activities are not being carried out in the safest way, posing a risk for practitioners. This work demonstrates a weakness of adventure tourism, in terms of the risks identified, and proposes partnerships aimed at further studies in the region, training professionals in the sector, and promoting the practice of the activity, focusing on the quality and reliability of the services provided.

KEYWORDS: adventure tourism; risks; standards.

RESUMEN: Este estudio tuvo como objetivo analizar cómo se están desarrollando las actividades de aventura en Taquaruçu - TO, en lo que respecta a los riesgos para sus practicantes. La investigación fue llevada a cabo durante los meses de agosto a noviembre de 2015 y tuvo como referencia las Normas Técnicas de Certificación de Actividades de Aventura de la ABNT, teniendo en cuenta la clasificación, la orientación y el inventario de los peligros y riesgos. Fueron realizadas visitas en cuatro cascadas, así como en sus rutas de acceso y mirador de la región. Se observó que tres de estas rutas deben ser guiadas, debido al grado de severidad del medio, dejando solo una para ser auto guiada. Sin embargo, ninguno de los senderos satisface todas las Normas establecidas. La práctica de descenso de cascadas y de tirolesa tampoco cumple con todas las determinaciones. Por lo tanto, se observó que estas actividades no se llevan a cabo en la forma más segura, lo que constituye un riesgo para sus practicantes. Este trabajo mostró las fragilidades del turismo de aventura en relación a los riesgos detectados y propone la construcción de alianzas para estudios adicionales en la región y la formación de los profesionales del sector, estimulando la práctica de la actividad, tomando en cuenta la calidad y fiabilidad de los servicios prestados.

PALABRAS CLAVE: Turismo de aventura. Riesgos. Normas.

INTRODUÇÃO

turismo é uma atividade econômica bastante complexa que envolve vários setores da economia, podendo levar ao desenvolvimento de localidades com potencial para tal. A cada ano esta atividade cresce mais, provocando inúmeros efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, positivos, como geração de empregos e renda; e negativos, como a poluição dos rios e o desmatamento de florestas.

Diante desses e de outros efeitos negativos, faz-se necessário o planejamento turístico para reduzir esses efeitos e maximizar os benefícios, visando ao bem-estar da comunidade receptora e à rentabilidade dos empreendimentos do setor, bem como promover o desenvolvimento sustentável, que é caracterizado pela

utilização racional dos recursos, tendo em vista a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Assim, o desenvolvimento do turismo deve primar-se nos princípios da sustentabilidade, evitando, ao máximo, os seus impactos negativos e promovendo, deste modo, o desenvolvimento local sustentável, sendo economicamente viável, ecologicamente sustentável e equitativamente social.

O meio ambiente e o turismo são inseparáveis, já que ambos devem estar em equilíbrio, e a prática turística não pode ser feita de modo aleatório, pois pode comprometer a continuidade da atividade, com a destruição dos atrativos turísticos. Assim, é fundamental desenvolver o turismo em áreas naturais a partir de um planejamento ordenado dos espaços, dos equipamentos e da atividade em si, gerando renda e empregos para o local e contribuindo igualmente para a preservação de seus recursos naturais.

Dentre as diversas modalidades do turismo realizadas em ambientes naturais, destaca-se o turismo de aventura, que tem como característica principal a prática de atividades de aventura, envolvendo riscos, que são controlados e conhecidos. Este tipo de turismo começa a ser desenvolvido no distrito de Taquaruçu, Tocantins, localizado a 35km da capital do estado, Palmas, possuindo mais de 80 cachoeiras catalogadas, e em sua maioria compreendidas em propriedades particulares.

A partir disto, o problema que norteia essa pesquisa assenta-se em responder: como as atividades de turismo de aventura desenvolvidas em Taquaruçu podem representar um risco para os seus praticantes? Deste modo, o presente artigo tem por objetivo geral analisar de que forma as atividades de aventura estão sendo desenvolvidas no distrito de Taquaruçu – TO, no que diz respeito aos riscos para seus praticantes. Para tanto, buscou-se: identificar que atividades de aventura estão sendo desenvolvidas na localidade; apontar a qualificação dos condutores de aventura; diagnosticar o nível de segurança das atividades de aventura, verificando se elas estão de acordo com as normas de certificação de segurança descritas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O estudo sobre o turismo de aventura é novo ainda no Brasil, e poucas publicações tratam deste tema, principalmente quando se refere aos riscos desta atividade para os praticantes, já que as Normas Técnicas da ABNT também são novas.

Justifica-se a relevância dessa pesquisa para o próprio distrito de Taquaruçu e para os praticantes, pois com esta foi possível identificar o nível de segurança das atividades de aventura desenvolvidas, bem como a divulgação e a aplicabilidade das Normas Técnicas nas referidas atividades.

METODOLOGIA

A análise e a discussão sobre pesquisas são necessárias em todas as áreas do conhecimento, incluindo-se o turismo, tanto para o seu aperfeiçoamento quanto para a sua atualização, buscando-se sempre a qualidade. Nesse sentido, a atividade turística, por ser bastante dinâmica, a cada dia sofre alterações e atualizações, e assim quanto mais pesquisas a esse respeito, melhores serão os resultados alcançados.

Isto é confirmado por Dencker (1998), ao afirmar que, à medida que se aprofunda o conhecimento, passa-se a considerar um número cada vez maior de fatos ou elementos que possuem relação com aquilo que se está estudando. E essas correlações precisam ser entendidas e analisadas para que o modelo utilizado seja o mais próximo possível da realidade considerada.

Este artigo utilizou-se da pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico e observação informal. Segundo Dencker (1998, p. 156), “os estudos exploratórios compreendem, além do levantamento das fontes secundárias, o estudo de casos selecionados e a observação informal”. A autora afirma, ainda, que fazer pesquisa é observar a realidade, e muitos dados que o pesquisador precisa podem ser obtidos pela observação direta, por permitir o registro do comportamento no instante em que este ocorre (Dencker, 1998).

Deste modo, foi feita uma pesquisa bibliográfica e de campo nos meses de agosto a novembro de 2015, período em que a categoria de análise relaciona-se ao turismo de aventura e aos riscos desta atividade. No mesmo período, foram realizadas quatro visitas de campo às principais cachoeiras de Taquaruçu (Roncadeira, Escorrega Macaco, Meditação e Arara), e ao seu mirante, que é outro atrativo turístico da região, com a finalidade de identificar quais atividades de turismo de aventura estão sendo desenvolvidas, analisando seus riscos aos praticantes.

As visitas de campo aconteceram uma vez por mês, durante quatro meses, sendo duas vezes aos sábados e duas vezes em feriados nacionais, sempre no período da manhã. Durante as visitas, teve-se contato direto com alguns praticantes e com a própria atividade em si, com a sua realização em duas oportunidades. Com isto, pôde-se observar o perfil dos praticantes que são, no geral, turistas e jovens.

Assim, essa pesquisa pautou-se na análise dos riscos das atividades de aventura desenvolvidas nos principais atrativos turísticos de Taquaruçu, que são as cachoeiras e o mirante. O acesso às cachoeiras é feito por meio de trilhas, que são conquistadas a pé, realizando, assim, a prática da caminhada e, em alguns pontos, a prática da escalada. Nas cachoeiras é possível a prática do banho e em duas delas também é realizada a prática do cachoeirismo. A trilha do mirante, onde se realiza a descida de tirolesa, é alcançada com a utilização de veículos 4x4.

Esta análise é feita tomando como elemento de avaliação e de referência as Normas Técnicas (NBR 15505-1; 15505-2 e 15331) da ABNT, considerando-se a classificação, a orientação e o inventário de perigos e riscos nestas atividades desenvolvidas.

OS RISCOS DO TURISMO DE AVENTURA

O turismo é diretamente ligado ao meio ambiente, e boa parte de suas atividades são realizadas em áreas naturais. Branco (1999) afirma que o meio ambiente é um conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais no qual o homem está inserido, individual e socialmente, num processo de interação que envolva o desenvolvimento das atividades humanas, a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno.

As atividades turísticas, se bem conduzidas, podem ser sinônimo de preservação, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais (CAMPOS, 2010). Mas, para que isto ocorra, é necessário um planejamento ordenado dos espaços, dos equipamentos e da atividade em si, gerando renda e empregos para o local e contribuindo, igualmente, para a preservação de seus recursos naturais.

Porém, desenvolver o turismo de forma que não agrida o meio ambiente não é uma tarefa fácil. Conforme Carnicelli-Filho *et al.* (2010), a busca por novas emoções e sensações diferentes para aqueles que têm uma rotina diária tornou-se um fator decisivo na participação de atividades em ambientes naturais, aumentando, assim, a possibilidade de novas experiências de lazer. Assim, entre os tipos de turismo que têm o meio ambiente como objeto de atuação, destaca-se o turismo de aventura, como nova opção de entretenimento, principalmente, em espaços naturais.

Para López-Richard *et al.* (2007, p. 95),

(...) o rápido crescimento de pólos de turismo de aventura colocou antes e coloca hoje grandes desafios perante seus gestores. A sustentabilidade ambiental das atividades, o ajuste da oferta à dinâmica da demanda e as questões relacionadas à segurança, são, talvez, três dos pilares fundamentais na gestão e caracterização deste tipo de atividade. Sob uma perspectiva multidimensional, pode-se considerar que estes três elementos garantem a sustentabilidade dos empreendimentos, tanto do ponto de vista ecológico como econômico, ético e jurídico.

Isto mostra como a gestão das atividades de turismo de aventura é importante para garantir a sua sustentabilidade, provocando menos impactos negativos possíveis nos ambientes em que são praticadas, sejam eles naturais, urbanos ou artificiais. O foco deste trabalho foi atribuído às atividades praticadas em ambientes naturais.

Alguns autores diferenciam os diferentes segmentos do turismo que são praticados em ambientes naturais. Honey (2008 apud WALTER, 2013) distingue o turismo da vida selvagem do turismo de natureza, do turismo de aventura e do autêntico ecoturismo. De acordo com o autor, o turismo da vida selvagem é aquele cujos turistas viajam para observar animais, como pássaros e peixes em seus habitats naturais; o turismo de natureza é aquele para o qual se viaja para lugares intocados para experimentar e desfrutar da natureza; o turismo de aventura equipara-se ao turismo de natureza com um grau de risco e requer resistência física; e o autêntico ecoturismo é aquele para o qual se viaja para áreas frágeis e intocáveis, geralmente protegidas, onde haja baixo impacto e, muitas vezes, em pequena escala.

Conforme Walter (2013), existe ainda o ecoturismo de aventura, que pode ser visto como um subconjunto do turismo de aventura, mas com um foco primário no aprendizado do visitante sobre a natureza. Ainda conforme o autor, o ecoturismo de aventura contrasta com o turismo de aventura, pois o primeiro enfatiza o medo e o risco elevado. Deste modo, o ecoturismo de aventura é motivado não só pelo desejo de vivenciar desafios físicos e mentais, mas também pela oportunidade de aprender sobre a natureza e as questões ambientais.

De acordo com Barros e Dines (2000), no Brasil, os recursos naturais são abundantes e largamente utilizados para promover o turismo do país. As regiões que possuem rios, cachoeiras, praias, parques nacionais e florestas nativas dependem destes atrativos para incrementar a economia local por meio do turismo. Citando Carnicelli-Filho *et al.* (2010), as atividades de aventura estão imersas em tal cenário e promovem experiências novas e significativas, especialmente emocionais, para aqueles que são adeptos a elas.

Para López-Richard e Chinágli (2004), novas alternativas de lazer, esporte e recreação desenvolvidas na natureza crescem rapidamente, ajustando-se aos perfis e às demandas dos clientes. Assim, ainda de acordo com os autores, a interação do cliente com o meio ambiente modifica suas próprias perspectivas e exige uma adequação dos programas para ajustá-los às novas motivações e expectativas. É neste sentido que têm crescido as práticas de turismo de aventura.

Hall e Weiler (1992, p.143) propuseram uma das definições de turismo de aventura mais citadas sobre o assunto:

O turismo de aventura constitui um amplo espectro de atividades turísticas ao ar livre, muitas vezes comercializadas e que envolvem uma interação com o meio ambiente natural distante da área onde vive o participante, contendo elementos de risco; seu resultado é influenciado pelo participante, estabelecendo a gestão da experiência turística.

Percebe-se neste conceito que a prática do turismo de aventura demanda um contato com o meio ambiente natural, e conseqüentemente a sua realização envolve riscos para o participante. Para o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2008, p. 15), "o turismo de aventura compreende os movimentos turísticos

decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo". Esta atividade pode ser praticada tanto em ambientes naturais como urbanos e por pessoas leigas no assunto, desde que não tenha finalidade competitiva, gerando desafios e riscos controlados e conhecidos.

De acordo com Porto *et. al.* (2014), as atividades de turismo de aventura variam em função dos locais em que são praticadas, dos equipamentos utilizados ou das habilidades e das técnicas exigidas e em relação aos riscos que podem envolver.

Por conta destes riscos, a ABNT, desde 2005, começou a elaborar Normas Técnicas de certificação das atividades de aventura no Brasil, buscando prevenir acidentes e tornar o Brasil competitivo no que tange ao turismo de aventura. Estas normas são importantes, pois os turistas, muitas vezes, não têm conhecimento real dos riscos e acabam praticando atividades em condições inadequadas no que se refere à qualificação dos instrutores e à qualidade dos equipamentos (CARVALHO, 2010).

A ABNT (2007, p. 1) classifica as atividades de turismo de aventura como aquelas:

Oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos. NOTAS: 1. "Riscos assumidos" significa que ambas as partes têm uma noção dos riscos envolvidos. 2. As atividades de turismo de aventura podem ser conduzidas em ambientes naturais, rurais ou urbanos. 3. As atividades de aventura frequentemente têm como uma das suas origens os esportes na natureza.

Deste modo, por ser uma atividade que envolve riscos, é imprescindível a qualificação dos instrutores e dos condutores das atividades de turismo de aventura, bem como a utilização de equipamentos com qualidade e em perfeito estado de utilização, para atender ao cumprimento das normas técnicas de segurança. A Norma Brasileira - NBR 15331 descreve que os riscos são a combinação da probabilidade da ocorrência de um determinado evento e da sua consequência, e seu termo é geralmente usado somente onde existe pelo menos a possibilidade de consequências negativas, surgidas a partir do desvio dos resultados esperados ou eventos (ABNT, 2005).

Ewert (1989 apud WALLE, 1997) compara uma série de atividades de aventura como rapel e vela com outras atividades como caça, pesca, passeios de barco ou o que ele chama de "recreação ao ar livre". Segundo o autor, o ponto de divergência entre os conceitos de "aventura" e "recreação" está no risco como critério de definição de aventura.

De acordo com Swarbrooke *et al.* (2003 apud CARNICELLI-FILHO *et al.*, 2010), o risco é apenas uma das muitas características das atividades de aventura. Estas incluem, também, incerteza, desafio, expectativa de recompensas, novidade, estímulo e entusiasmo, fuga e separação, exploração e descoberta, atenção e concentração e emoções conflitantes.

Para Coriolano e Moraes (2011, p. 5), "a normatização garante segurança e qualidade do produto, em nível técnico e profissionalismo das empresas e dos profissionais, pelo uso adequado do controle de risco, fator motivador do turista". Por este motivo, a divulgação e a aplicação das normas são tão importantes para a segurança no setor, promovendo uma atividade com qualidade e responsabilidade.

Weber (2001) acrescenta que as atividades de aventura não são parte integrante das atividades turísticas, são, no máximo, opcionais para os participantes durante um passeio e, geralmente, de baixo risco real. Consequentemente, as habilidades necessárias para participar variam de mínimas a moderadas. Entretanto, o risco existe em qualquer modalidade e deve ser gerenciado.

Marques (2011) comenta em seu trabalho os diversos tipos de risco, e no caso do turismo de aventura, os mais frequentes são o risco físico e o de desempenho. Segundo o autor, os praticantes têm medo de que algo possa prejudicar sua integridade física e têm o receio, também, que os equipamentos exigidos em algumas atividades não desempenhem a função desejada.

Assim, a preocupação com a segurança deve ser constante, e com a elaboração das Normas Técnicas da ABNT para algumas atividades de turismo de aventura, este monitoramento tornou-se mais acessível e uma forma de os próprios turistas fiscalizarem as atividades. Existem normas técnicas das seguintes atividades: escalada, montanhismo, cachoeirismo, canionismo, espeleoturismo, caminhada, técnicas verticais, arvorismo, entre outras.

A ABNT (2008a, p. 5) descreve uma série de procedimentos padrão para que a atividade turística preserve a segurança do turista e a certeza da realização de uma atividade de lazer satisfatória:

O fornecimento seguro e responsável de serviços de turismo sob a forma de produtos turísticos específicos envolve uma série de aspectos, ações e medidas planejadas, inclusive incorporando práticas de gestão da qualidade e gestão de riscos. Assim, a concepção das normas de requisitos de serviços para produto turístico pode ser uma referência inovadora para toda organização envolvida com a prestação desses serviços, de maneira semelhante aos que as normas de produtos na indústria o são. Assim, estas normas podem ser utilizadas por operadoras e por aqueles que recebem os turistas nos destinos, que devem também estar envolvidos no esforço da segurança nas atividades de turismo com atividades de caminhada, e também podem ser usadas por consumidores para selecionar os produtos de que pretendem usufruir com segurança.

Isto comprova a importância destas normas e a necessidade de as suas orientações serem colocadas em prática pelos condutores de turismo de aventura e observadas pelos praticantes. Conforme Tsaur *et al.* (2013), os turistas com vários níveis de habilidades podem realizar diversas atividades de aventura, sem restrição. Para os autores, a identificação de fontes de dificuldades facilita o direcionamento do nível adequado de desafio para cada tipo de turista de aventura. Assim, a compreensão dos níveis de habilidades destes turistas é essencial para que os operadores de aventura monitorem as experiências dos praticantes.

Nos últimos anos, diversos autores relataram acidentes envolvidos com a prática do turismo de aventura, como Callander e Page (2003) e Cater (2006), que descreveram acidentes em atividades de aventura realizadas na Nova Zelândia; Page *et al.* (2005), acidentes no Reino Unido; e Maia e Farias (2013), que analisaram as práticas de aventura em Brotas – SP.

Conforme Farah (2005, p. 29), as modalidades de turismo de aventura que são oferecidas no Brasil, de acordo com os elementos a elas relacionados, são as seguintes: terra – arvorismo, *bungee jumping*, cicloturismo, caminhada, cavalgada, canionismo, escalada, espeleoturismo, fora de estrada, *motocross*, rapel, tirolesa; água – *boiacross*, canoagem, *duck*, *kite-surf*, mergulho, *parasail*, *rafting*, surfe; ar – asa-delta, balonismo, parapente, paraquedismo, ultraleve.

Neste contexto, o Brasil despertou o interesse pela prática das atividades de aventura em vários locais, como: Socorro – SP, Brotas – SP, Bonito – MS, Chapada Diamantina – BA, São Raimundo Nonato – PI e Parque Estadual do Jalapão – TO. O MTur (BRASIL, 2005) desenvolveu um diagnóstico do turismo de aventura no Brasil, em 2005, e apontou que até aquele ano havia 2.039 empresas que atuavam no setor no país. Assim, de acordo com o Ministério, o Brasil tem reais condições de se estabelecer no cenário mundial como um destino de turismo de aventura, sendo requeridos profissionalismo e segurança na realização das atividades para competir no mercado turístico internacional.

TURISMO DE AVENTURA EM TAQUARUÇU – TO: ATIVIDADES E RISCOS

O desenvolvimento das atividades de turismo de aventura no distrito de Taquaruçu ainda é incipiente, mas começa a ser explorado devido às características geográficas da região. Dentre as 80 cachoeiras catalogadas, poucas são utilizadas com fins turísticos. No local onde estão as cachoeiras, é possível realizar atividades como: caminhadas por meio das trilhas, escalada, prática de técnicas verticais e cachoeirismo. Nesses locais, a atividade mais praticada é o banho nas quedas d'água e nas piscinas formadas pelas águas das cachoeiras, além da realização de churrascos e piqueniques. Mas em outro ponto do distrito realiza-se, também, a prática da tirolesa, na região do mirante.

Não existem dados do quantitativo de visitantes nas cachoeiras de Taquaruçu, e percebe-se que na maioria dos espaços não há um controle de visitantes e nem das atividades desenvolvidas nestes espaços.

As Cachoeiras do Roncadeira e a Escorrega Macaco são alcançadas por meio de uma trilha, aberta no meio da mata, onde são realizadas atividades de caminhada. A trilha é estreita e comum para as duas cachoeiras, com 70m e 50m respectivamente de altura da queda d'água, totalizando um percurso de 1,6km de extensão, com grau de dificuldade moderado desnível de 270m de altitude. A trilha é autoguiada, pois não há necessidade de um condutor ou guia para percorrê-la.

A NBR 15505-2 (ABNT, 2008b, p. 8) descreve uma classificação para trilhas turísticas, composta por quatro critérios:

a) severidade do meio: refere-se aos perigos e outras dificuldades decorrentes do meio natural, como temperatura, pluviosidade, riscos de quedas, facilidade de resgate, entre outros que podem ser encontrados ao longo do percurso;

b) orientação no percurso: refere-se ao grau de dificuldade para orientação, como presença de sinalização, trilhas bem marcadas, presença de pontos de referência, entre outros, para completar o percurso;

c) condições do terreno: refere-se aos aspectos encontrados no percurso em relação ao piso e às condições para percorrê-lo, como tipos de pisos, trechos com obstáculos, trechos com pedras soltas, entre outros;

d) intensidade de esforço físico: refere-se à quantidade de esforço físico requerido para cumprir o percurso, levando em conta extensão e desníveis (subidas e descidas), considerando um cliente comum.

[...] Cada trecho deve ser avaliado para cada um dos critérios. Todos os trechos devem ser avaliados. A cada critério é atribuído um valor em uma escala de 1 a 5. Um percurso deve ser classificado necessariamente utilizando-se os quatro critérios. O valor final atribuído a cada critério para o percurso deve ser o do trecho com maior valor.

Assim, utilizando os critérios estabelecidos por essa Norma Técnica, esta trilha foi considerada, pelas pesquisadoras deste artigo: nível 3 em severidade do meio; nível 1 quanto à orientação do percurso, com caminhos e cruzamentos bem definidos; nível 3 quanto às condições do terreno, com percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares; e nível 2 quanto ao índice de esforço para caminhada em percursos de turismo, com esforço moderado.

Deste modo, segundo as orientações da NBR 15505-1 (ABNT, 2008a), esta trilha não poderia ser autoguiada, pois para serem oferecidos produtos autoguiados, os seguintes limites nos respectivos critérios são: até nível 2 no critério grau de severidade do meio; nível 1 no critério orientação no percurso;

até nível 3 no critério grau técnico do percurso; e até nível 2 no critério grau de esforço físico.

A trilha das Cachoeiras do Roncadeira e a Escorrega Macaco ultrapassam apenas o critério de severidade do meio, e de acordo com essa NBR, mesmo que somente um dos critérios tenha classificação superior, o percurso deve ser conduzido por profissionais.

Esta classificação de percurso deve, ainda, ser informada aos participantes. A NBR 15505-2 diz, ainda, que a comunicação da classificação do percurso deve apresentar esses quatro critérios de forma unificada, com o resultado de cada critério associado ao símbolo respectivo (ABNT, 2008b).

A NBR 15331 (ABNT, 2008a) orienta que deve ser efetuado um inventário de perigos e riscos, revisto pelo menos uma vez ao ano, para a atividade de caminhada. Entretanto se constatou, em entrevista com os proprietários, que isto não é feito. Este inventário deve prever: aumento repentino do volume d'água devido às condições meteorológicas ou aos dispositivos artificiais de controle de vazão; queda de pedras, galhos ou outros objetos durante o percurso; afogamento; hipotermia ou hipertermia; quedas; acidentes com animais peçonhentos; indisposição do cliente; desestabilização dos pisos de caminhamento; entre outros. Com este inventário, deve ser efetuada a análise e a avaliação dos riscos, tratamento destes riscos e plano de preparação e atendimento a emergências.

Consoante a isso, a NBR orienta que os clientes devem ser informados sobre o plano, para que tenham uma maior garantia de segurança durante a atividade de caminhada. Deve ser mantido, também, um registro de incidentes, incluindo os acidentes, que possibilite a rastreabilidade e o acompanhamento das medidas e das ações adotadas. Acidente é um evento não planejado que resulta em morte, doença, lesão, dano ou outra perda; e incidente é um evento que deu origem a um acidente ou que tinha o potencial de levar a um acidente (ABNT, 2005).

Deste modo, quanto às atividades de caminhada realizadas nas Cachoeiras do Roncadeira e Escorrega Macaco, viu-se que as mesmas não estão atendendo às normas técnicas exigidas pela ABNT. No local onde fica a Cachoeira do

Roncadeira é realizada a prática da escalada para chegar ao ponto onde é feita uma técnica vertical com cachoeirismo. A escalada é a ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, exigindo a aplicação de técnicas e a utilização de equipamentos específicos (ABNT, 2006).

O cachoeirismo é a “prática de descida de cachoeira, seguindo ou não o curso d’água, usando técnicas verticais”. (ABNT, 2011, p. 3). Estas técnicas verticais são descritas como um conjunto de técnicas de subidas, descidas e movimentação em desníveis verticais, com aplicação de métodos e equipamentos específicos (ABNT, 2007).

Para chegar ao ponto onde é feito o cachoeirismo na Cachoeira da Roncadeira, que tem 70m de altura, é necessário fazer uma pequena escalada em um morro, porém esta atividade foi feita sem nenhum equipamento de segurança, como capacetes e cordas, contrariando o que diz a NBR 15397 (ABNT, 2006), que descreve as competências dos condutores desta atividade. Os obstáculos foram alcançados apenas com o uso das mãos, o que é bastante perigoso para praticantes inexperientes.

O cachoeirismo difere-se do rapel por este último ser realizado apenas em ambientes secos, de acordo com a ABNT (2007). Antes da prática destas atividades, o condutor deve coletar informações sobre os participantes, para facilitar o atendimento às emergências. Deve ser fornecida aos clientes uma série de informações sobre a atividade, como: descrição das características da atividade a ser realizada, como tempo de duração, características de onde serão realizadas as atividades; apresentação dos equipamentos a serem utilizados, suas funções e características pertinentes, inclusive as relativas à capacidade de carga; descrição dos cuidados com a segurança e as medidas a serem tomadas no caso de emergências; entre outras, conforme a NBR 15501 (ABNT, 2011).

Observou-se, durante a pesquisa de campo, que essas recomendações foram atendidas em parte, pois nem todas as informações sobre os clientes foram coletadas e nem todas as orientações sugeridas foram repassadas antes da atividade. Da mesma forma que as atividades de caminhada requerem elaboração e avaliação de inventários de perigos e riscos, bem como planos de emergência, a atividade de cachoeirismo também o faz, mas este requisito

também não está sendo cumprido. A empresa que prestou esse serviço não possui anotações ou documentação a respeito.

Nesta pesquisa, não se atentou para as especificações dos equipamentos utilizados nas técnicas verticais durante o cachoeirismo, observaram-se apenas os requisitos para o produto turístico, conforme descrito na NBR 15501 (ABNT, 2011).

Durante a descida na Cachoeira da Roncadeira, os instrutores orientaram sobre o manuseio das cordas e dos equipamentos de segurança, como capacete e cadeirinha. Porém algumas descidas foram feitas sem a presença do instrutor, ou seja, o praticante inexperiente desceu sozinho, o que poderia levar a algum incidente, apesar da presença de outro instrutor, embaixo, com uma corda de segurança.

De acordo com entrevista realizada com os condutores, eles desconhecem a NBR 15501, mas afirmaram que realizaram vários cursos e treinamentos específicos para a prática da escalada e do cachoeirismo. Esta desinformação pode levar a algum erro durante a execução da atividade ou na manutenção dos equipamentos, podendo provocar incidentes ou acidentes.

Em Taquaruçu, estas atividades de escalada e cachoeirismo não são realizadas com tanta frequência quanto as de caminhadas, e são feitas com agendamento prévio em uma das empresas do distrito. Porém, os prestadores de serviço precisam levar em consideração alguns requisitos para o desenvolvimento do produto turístico, garantindo assim mais qualidade e segurança para seus praticantes.

Durante a pesquisa de campo, foram visitadas outras duas cachoeiras: a da Arara e da Meditação, sendo detectadas as mesmas observações das cachoeiras anteriores, no que diz respeito aos inventários de perigos e riscos, à avaliação destes e aos planos de emergência. Infelizmente os proprietários desconheciam estes documentos e sua importância.

A trilha de acesso à Cachoeira da Arara é autoguiada, tem 730m de extensão, com declive de 15m, e sua cachoeira tem 35m de altura. Conforme a classificação da NBR 15505-2 (ABNT, 2008b), esta trilha foi considerada, pelas pesquisadoras deste artigo: nível 3 em severidade do meio; nível 1 quanto à orientação do percurso, com caminhos e cruzamentos bem definidos; nível 3 quanto às condições do terreno, com percurso por trilhas escalonadas ou

terrenos irregulares; e nível 1 quanto ao índice de esforço para caminhada em percursos de turismo, com esforço leve.

A trilha da Cachoeira da Meditação é autoguiada, tem 606m de extensão, com declive de 36m, e sua queda d'água tem 5m de altura. Quanto à sua classificação, de acordo com a NBR 15505-2 (ABNT, 2008b), esta trilha foi considerada, pelas pesquisadoras deste artigo: nível 1 em severidade do meio, pouco severo; nível 1 quanto à orientação do percurso, com caminhos e cruzamentos bem definidos; nível 3 quanto às condições do terreno, com percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares; e nível 1 quanto ao índice de esforço para caminhada em percursos de turismo, com esforço leve.

Deste modo, percebe-se que apenas a trilha da Cachoeira da Meditação está de acordo com a NBR 15505-1 (ABNT, 2008a), podendo ser uma trilha autoguiada. A trilha da Cachoeira da Arara, assim como as trilhas das Cachoeiras da Roncadeira e Escorrega Macaco, ultrapassa apenas o critério de severidade do meio, e mesmo assim, deveria ter um condutor para orientar os visitantes.

No distrito de Taquaruçu também é realizada a prática da tirolesa, em um local específico (mirante), a 208m de altitude. A tirolesa tem 1,3km de extensão, chegando a 90km/h de velocidade. Sua estrutura foi construída em 2011 e tem atraído visitantes, principalmente da cidade de Palmas.

A tirolesa é um produto em que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea que liga dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos, conforme a ABNT (2007). Esta atividade utiliza equipamentos e procedimentos descritos pela NBR 15501 (ABNT, 2011), mas a análise dos mesmos não é o foco deste trabalho.

Conforme entrevista realizada com os instrutores, eles desconhecem a NBR 15501, mas afirmaram que fizeram vários cursos e treinamentos específicos para a prática da tirolesa. Como destacado anteriormente, este desconhecimento pode levar a algum erro durante a execução da atividade ou na manutenção dos equipamentos, podendo provocar incidentes ou acidentes graves, já que é uma atividade realizada em grandes alturas. Os instrutores não realizam inventários de perigos e riscos, avaliação dos mesmos e planos de emergência para a prática da tirolesa, mas fazem registros de eventos que ocorrem durante a sua realização.

Desde 2011, foram necessários 5 resgates, devido ao praticante não conseguir concluir a descida, por conta do vento contrário ou por causa do peso. É um número bastante pequeno, se comparado ao universo de descidas já realizadas, com uma média de 15 por mês. Como equipamentos de segurança, os praticantes utilizam capacete e “cadeirinha” que fica presa às roldanas dos cabos da tirolesa.

A tirolesa é uma atividade bastante segura se todos os equipamentos estiverem em perfeito estado de conservação e com as manutenções em dia, conforme as orientações dos fabricantes dos produtos. A NBR 15501 não descreve como deve ser feito este procedimento, apenas afirma que devem ser feitos registros das manutenções. De acordo com os instrutores, é feita inspeção nos cabos 1 vez por mês, e dos outros equipamentos a cada descida.

A Norma diz ainda que é necessária a presença de um condutor no início da área de lançamento e um condutor na chegada/recepção de cada tirolesa, e o responsável pela operação deve assegurar que haja comunicação constante entre os condutores através de sinais sonoros (apito, por exemplo), visuais ou por radiocomunicador. Foi observado que a atividade de tirolesa em Taquaruçu atende a essas determinações. Os condutores possuem, ainda, telefones celulares e um veículo de apoio, para quaisquer eventualidades.

Assim, percebe-se que, em Taquaruçu, as atividades de turismo de aventura vêm crescendo e atraindo mais participantes, mas é preciso que os seus condutores tenham conhecimento sobre as Normas Técnicas da ABNT que normatizam e certificam cada modalidade, visando à maior qualidade e segurança para seus praticantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, pautada na caracterização das atividades turísticas, com foco no turismo de aventura, corroborou na análise dos riscos dos principais atrativos turísticos de Taquaruçu – TO, atendendo ao objetivo proposto, tendo no cerne as Normas Técnicas Brasileiras (NBR), que versam sobre os procedimentos técnicos e de segurança aplicados às atividades de lazer motivadas pela aventura.

Assim, emerge uma preocupação concernente ao grau de severidade, à orientação do percurso, às condições dos terrenos, ao grau de esforço físico e ao inventário de perigos e riscos aplicados às trilhas que conduzem às Cachoeiras Roncadeira, Escorrega Macaco, Meditação e Arara. É necessário que haja uma reflexão, por parte do distrito, de que o produto turístico oriundo dessas trilhas pode impactar de maneira positiva ou negativa no local, sendo importante estabelecer parcerias entre poder público e privado e ainda com participação da comunidade local, de modo a fazer desse produto algo constante e consolidado dentro da cadeia produtiva do turismo.

Estas parcerias podem ser realizadas para aumentar os estudos na região, visando desenvolver técnicas ou procedimentos que visem ao menor impacto das atividades turísticas sobre o meio ambiente, além de realizar cursos de capacitação com os condutores sobre as Normas Técnicas e com a própria comunidade para fiscalizarem estas atividades. Instituições de ensino podem ser grandes parceiras neste processo.

Percebeu-se com esta pesquisa que as trilhas das Cachoeiras Roncadeira, Escorrega Macaco, Meditação e Arara, onde são desenvolvidas atividades de caminhada e cachoeirismo, não atendem a todas as especificações das NBRs descritas pela ABNT para estas atividades. Isto pode levar à ocorrência de incidentes e acidentes durante as suas práticas, diminuindo a qualidade da atividade em si e a própria segurança dos praticantes.

Quanto à outra atividade de aventura realizada em Taquaruçu, a tirolesa, observou-se que a mesma não atende integralmente às especificações, e que o mais preocupante é o desconhecimento das Normas Técnicas por parte dos instrutores, o que leva ao desenvolvimento de uma atividade que não é 100% segura.

Portanto, a contribuição desse trabalho assentou-se na identificação e na comprovação das fragilidades do turismo de aventura quantos aos riscos detectados. Propõe-se a construção de parcerias que auxiliem a estimular a prática da atividade, levando-se em consideração a qualidade, a confiabilidade dos serviços executados e especialmente a segurança, evitando os riscos e os perigos da atividade, fortalecendo a concepção e a implantação das políticas de segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR 15331**: Turismo de aventura - Sistema de gestão da segurança - Requisitos. Rio de Janeiro, 2005.

ABNT. **NBR 15397**: Turismo de aventura - Condutores de montanhismo e de escalada - Competências de pessoal. Rio de Janeiro, 2006.

ABNT. **NBR 15500**: turismo de aventura - terminologia. Rio de Janeiro, 2007.

ABNT. **NBR 15501**: Turismo de aventura - Técnicas verticais - Requisitos para produto. Rio de Janeiro, 2011.

ABNT. **NBR 15505-1**: Turismo com atividades de caminhada - Parte 1: Requisitos para produto. Rio de Janeiro, 2008a.

ABNT. **NBR 15505-2**: Turismo com atividades de caminhada - Parte 2: Classificação de percursos. Rio de Janeiro, 2008b.

BARROS, M. I. A.; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. A. (Org.), **Educação pelas pedras**: Ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

BRANCO, S. M. **Ecossistêmica**: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: Edgard Bhucher, 1999.

BRASIL. MTur. **Regulamentação, normalização e certificação do turismo de aventura**: relatório diagnóstico. Brasília, DF: MTur, 2005.

BRASIL. MTur. **Turismo de aventura**: orientações básicas. Brasília, DF: MTur, 2008.

CAMPOS, R. F. Perfil, Percepção Ambiental e Qualidade da Experiência dos Visitantes da Serra do Cipó/MG. 2010. 108 f. **Monografia** (Especialização em Ecoturismo) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

CALLANDER, M.; PAGE, S. J. Managing risk in adventure tourism operations in New Zealand: a review of the legal case history and potential for litigation. **Tourism Management**, v.24, p.13-23, 2003.

CARNICELLI-FILHO, S. et al. Fear and adventure tourism in Brazil. **Tourism Management**, v.31, p. 953-956, 2010.

CARVALHO, S. M. S. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia** – PI. Teresina: UFPI, 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado).

CATER, C. I. Playing with risk? – Participant perceptions of risk and management implications in adventure tourism. **Tourism Management**, v.27, p.317-325, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; MORAIS, E. O. de. Desvendando caminhos do turismo de aventura no Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 1, n.2, p. 3-11, 2011.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FARAH, S. D. Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil: o papel do Ministério do Turismo. In: UVINHA, R. R. **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

HALL, C. M.; WEILER B. **Special Interest Tourism**. London: Belhaven, 1992.

LOPÉZ-RICHARD, V.; CHINÁGLIA, C. R. Turismo de Aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 199-215, 2004.

LOPÉZ-RICHARD, V. et al. Gerenciamento de Riscos em Programas de Aventura. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 1, p. 94-108, 2007.

MAIA, F. B. de A.; FARIAS, S. A. de. Riesgos ¿qué riesgos? – estratégias de reducción de riesgos y participación emocional de consumidores de turismo aventura. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v.22, p.65-83, 2013.

MARQUES, R. Q. et al. Risco percebido e estratégias de redução de risco no turismo de Aventura: uma análise sobre o segmento de mergulho. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 13, n. 1, p. 115–130, jan-abr, 2011.

PAGE, S. J. et al. Scoping the nature and extent of adventure tourism operations in Scotland: how safe are they? **Tourism Management**, v.26, p.381-397, 2005.

PORTO, P. da C. et al. O Potencial do Ecoturismo e do Turismo de Aventura no Município de Santa Maria-RS e seu Entorno. **Turismo em Análise**, v. 25, n. 2, p. 261-284, 2014.

TSAUR, S.H. et al. Sources of challenge for adventure tourists: scale development and validation. **Tourism Management**, v.38, p.85-93, 2013.

WEBER, K. Outdoor adventure tourism: a review of research approaches. **Annals of Tourism Research**, v.28, n.2, p. 360–377, 2001.

WALLE, A. H. Pursuing risk or insight – Marketing Adventures. **Annals of Tourism Research**, v.24, n.2, p.265-282, 1997.

WALTER, P. G. Theorising visitor learning in ecotourism. **Journal of ecotourism**, v.12, n.1, p.15–32, 2013.